

Articulações para a fase ordinária

A Constituinte não está sendo levada na conta de um torneio entre vencedores e vencidos, pelo menos por empresários como o senador Albano Franco, que hoje no Rio reúne o Grupo Especial de Acesso ao Legislativo, criado no âmbito da Confederação Nacional da Indústria para dimensionar os esforços de convencimento dos parlamentares na fase das leis ordinárias e complementares. Não faz o Albano Franco, nesse sentido, uma análise apocalíptica de que a classe empresarial foi a grande derrotada com a nova Constituição. A luta é permanente, e a avaliação de hoje no Rio já revelará que muitas medidas que realmente poderiam afetar a produção nacional foram evitadas e contornadas graças a ação de didatização dos empresários, notadamente da CNI, Fiesp e outras entidades.

O que está aí na Carta, confere o senador, é passível de reversão pela realidade econômica objetiva, que não se rege por leis, e não aceita imposições artificiais. Revela Albano que as duas dezenas de pontos considerados críticos no projeto, e insusceptíveis de convivência com o regime capitalista, nem mesmo esses de fato preocupam ao empresariado, já que no fundamental a Carta dá guarida aos anseios por uma empresa nacional moderna e protegida em setores que merecem receber atenções especiais face à concorrência internacional, como mineração e petróleo.

Não é catastrófica a situação para os empresários, como por exemplo assim enxer-

ga a UEB (União Brasileira de Empresários), uma vez que, na fase posterior, da legislação ordinária, podem ser oferecidas sugestões legislativas para revisão de possíveis enganos e eventuais exageros. Há também outro aspecto, que é o da compatibilização das leis para a economia na Constituição Federal às constituições estaduais, visto que uma série de normas para a supervisão da atividade econômica passam a ser reguladas pelos estados e municípios. O lobby dos empresários, portanto, terá que descer do planalto para a planície.

O senador Albano Franco, com a reunião do Geal, que é dirigido pelo vice-presidente da Fiesp, Ruy Altenfelder, não prevê pontos conflituosos entre a atividade dos empresários e a nova Carta, mesmo porque, como político, do PMDB, antecipa transformações e mudanças a partir da nova Constituição: os empresários, na verdade, impediram, com sua vigilância constante sobre os constituintes, que o País chegasse a níveis de estatização que já se prenunciavam no anteprojeto do professor Afonso Arinos, e tema central dos primeiros passos da Comissão de Sistematização. A realidade foi, no entanto, ganhando espaços, e mesmo na Reforma Agrária, que se vislumbrava um campo de provas para a exacerbação dos ânimos, cedeu-se ao final à reversão estabilizante. Os empresários, por isso tudo, não estão a sofrer com a nova Carta.